

"VIDAS SECAS" ESCOLAR: EVASÃO COMO REFLEXO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FRAGMENTADAS

SANTANA, T. B¹

¹ Universidade Estácio de Sá, tssilva920@gmail.com

Palavra-chave: Evasão; Políticas Públicas; Cabo Frio

A evasão escolar é um desafio persistente no cenário educacional brasileiro, revelando-se não apenas como um problema pedagógico, mas como um reflexo da complexa interação de fatores socioeconômicos. A urgência de uma abordagem intersetorial para mitigar essa problemática foi evidenciada por um projeto de extensão universitário de orientação profissional (OP) em Cabo Frio, no segundo semestre de 2024. Conduzida por estudantes de psicologia, a iniciativa teve como público-alvo alunos do ensino médio, com faixa etária entre 16 e 18 anos. As ações do projeto incluíram visitas, pesquisa diagnóstica, rodas de conversa e OP, todas baseadas nas ideias da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. O projeto demonstrou, na prática, que o combate à evasão escolar exige a mobilização de todos os sistemas que cercam o estudante. A Teoria Ecológica se mostrou fundamental, pois a evasão foi vista como uma falha na interação e no suporte dos múltiplos sistemas que influenciam o contexto de vida do aluno. O microsistema, composto pela família e pela escola, e o mesossistema, que é a interação entre esses ambientes, mostraram-se vulneráveis. A necessidade de trabalhar e a falta de engajamento familiar no processo educacional são exemplos de fatores que desestabilizam a permanência na escola. No entanto, a evasão não se restringe a esses sistemas imediatos. O exossistema composto por políticas públicas, serviços de saúde e locais de trabalho dos pais também exerce uma influência indireta. Da mesma forma, o macrossistema, que abrange os valores e crenças culturais da sociedade, pode perpetuar a evasão ao desvalorizar a educação formal. Diante disso, a conclusão é que o enfrentamento eficaz da evasão escolar exige um conjunto de ações coordenadas: criar um ambiente que atenda às necessidades integrais dos jovens, identificar precocemente fatores de risco, oferecer suporte psicossocial, garantir acesso a direitos e transformar a escola em um espaço de acolhimento e desenvolvimento pleno. A integração de ações deve acontecer a partir da educação e da assistência social. A ausência dessa articulação fragmenta os serviços, invisibiliza vulnerabilidades e perpetua a evasão. A orientação profissional, foco do projeto, não se limitou a ajudar os estudantes a escolher uma carreira. Ela se tornou um catalisador para a discussão de temas como saúde mental, direitos trabalhistas e o papel da educação na construção de um projeto de vida. Ao levar essas discussões para a escola, o projeto atuou como uma ponte entre a educação formal e a realidade dos alunos. A evasão escolar, nesse sentido, não é um fracasso individual do estudante, mas uma falha coletiva em garantir que o direito à educação seja uma realidade para



todos. A solução está em construir uma rede de apoio que seja capaz de identificar os primeiros sinais de desengajamento e de oferecer um caminho alternativo que reconecte o jovem com a educação.

Agradecimentos: CNPq, CAPES and FAPERJ.

REFÊRENCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

